



Ata nº 015 da Sessão Ordinária nº 015, de  
11 de março de 2014.

Às nove horas do dia onze de março de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de contas, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 003/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 05, em razão da presença do Ordenador em Plenário. **Processo nº 080022009-00; Câmara Municipal de Ananindeua**; Prestação de Contas – 2009; Responsável Eliel Pereira Faustino Filho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Ananindeua, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Eliel Pereira Faustino Filho, com a expedição do competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 2: **Processo nº 390012004-00 – 200505887-00; Prefeitura Municipal de Juruti**; Prestação de Contas – 2004; Responsável Isaías Batista Filho; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela não aprovação das contas prestadas pelo Sr. Isaías Batista Filho, Prefeito Municipal de Juruti, exercício financeiro de 2004, por estarem irregulares, nos termos do art. 25, III da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento, no prazo de 15 dias, da quantia de R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com fundamento no art. 5º, I, § 1º e 2º da Lei nº 10.028/2000, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 111 dias, sendo tal valor correspondente ao percentual de 5% dos vencimentos anuais do Ordenador (R\$-72.000,00). E ao FUMREAP, de conformidade com o art. 3º, III, da Lei nº 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), com fundamento no art. 283, IV do RI/TCM (Ato nº 16/2013), pelo atraso na remessa da documentação do 2º e 3º quadrimestres e Relatórios de Execução Orçamentária do 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, em prazo superior a 90 (noventa) dias. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares,



o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pelo Sr. Isaías Batista Filho, Prefeito Municipal de Juruti, exercício financeiro de 2004, por estarem irregulares, nos termos do art. 25, III, da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento, no prazo de 15 dias, da quantia de R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com fundamento no art. 5º, I, § 1º e 2º da Lei nº 10.028/2000, pelo atraso na remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 111 dias, sendo tal valor correspondente ao percentual de 5% dos vencimentos anuais do Ordenador (R\$-72.000,00) com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa de R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), com fundamento no art. 283, IV do RI/TCM (Ato nº 16/2013), pelo atraso na remessa da documentação do 2º e 3º quadrimestre e dos Relatórios de Execução Orçamentária do 3º, 4º, 5º e 6º bimestre, em prazo superior a 90 (noventa) dias. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP.

**Processo nº 720012007-00; Prefeitura Municipal de Santarém Novo; Prestação de Contas – 2007; Responsável Fernando Edson dos Santos Loureiro; Instrução Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Retirado de Pauta.

**Processo nº 330022005-00 – 200603343-00; Câmara Municipal de Igarapé-Miri; Prestação de Contas – 2005; Responsável Alberto Ferreira de Amorim; Instrução Auditor Alcimar Lobato da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalva, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Igarapé-Miri, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Alberto Ferreira de Amorim, nos termos do art. 34, Parágrafo Único da Lei nº 084/2012. O Alvará de Quitação, no valor de R\$-826.386,49 (oitocentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos) deve ser expedido ao referido Ordenador, somente após o recolhimento da multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do art. 282, III, "a" RI/TCM, pela não remessa da Lei de criação do Controle Interno". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Câmara Municipal de Igarapé-Miri, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Alberto Ferreira de Amorim, nos termos do art. 34, parágrafo único da Lei nº 084/2012. **Por maioria:** com o recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não remessa da Lei de criação do Controle Interno. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Às onze horas e vinte e cinco minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 740022006-00 – 200703608-00; Câmara**



**Municipal de São Caetano de Odivelas;** Prestação de Contas – 2006; Responsável: Enoc Palheta Albuquerque; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.**

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela regularidade, com ressalva, das contas prestadas pelo Senhor Enoc Palheta Albuquerque, Ordenador da Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, exercício financeiro de 2006, nos termos do art. 32, II, da Lei Complementar n.º 84, de 27/12/2012.*

*Desta forma, o Alvará de Quitação a ser concedido ao citado Ordenador, na quantia total de R\$-464.211,57 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), fica condicionado à comprovação do seguinte recolhimento: - Ao FUMREAP, instituído pela Lei n.º 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, da multa de R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), nos termos do art. 283, IV do RI/TCM (Ato n.º 16/2013) pelo atraso na remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, em prazo superior a*

*90 (noventa) dias”.* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalva, das contas prestadas pelo Senhor Enoc Palheta Albuquerque, Ordenador da Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, exercício financeiro de 2006, nos termos do art. 32, II da Lei Complementar nº 84, de 27/12/2012, **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP da multa no valor de R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), nos termos do art. 283, IV do RI/TCM (Ato nº 16/2013), pelo atraso na remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, em prazo superior a 90 (noventa) dias. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 270022007-00; Câmara**

**Municipal de Conceição do Araguaia;** Prestação de Contas – 2007; Responsável Ary César Coelho Luz Silva; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.**

Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 890022008-00; Câmara Municipal de Bom Jesus**

**do Tocantins;** Prestação de Contas – 2008; Responsável: Edilaine Buss Dias - Presidente; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.**

Retirado de Pauta. **Processo nº 1330022011-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá;** Prestação de Contas – 2011; Responsável: José Ferreira Farias – Presidente; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Retirado de Pauta.

**Processo nº 733972006-00 – 200711540-00; Instituto de Previdência Social de Santo**



**Antônio do Tauá;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Cezar Magalhães da Silva; Instrução Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Cézar Magalhães da Silva, nos termos do art. 32, II, da Lei Complementar nº 84/2012. O Alvará de Quitação, no montante de R\$-418.066,61 (quatrocentos e dezoito mil, sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), deverá ser concedido ao referido Ordenador, somente após a comprovação do recolhimento ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: 1 – R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes do art. 283, IV, do RITCM-PA (Ato nº 16), pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); 2 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 282, I, “b”, do RITCM-PA (Ato nº 16), pelo não recolhimento, em sua totalidade, das retenções referentes ao ISS e ao IPMSAT, descumprindo o art. 56, da Lei nº 4.320/64; 3 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 282, III, “a”, do RITCM-PA (Ato nº 16), pela ausência do Balanço Geral e da relação de Restos a pagar inscritos no exercício*”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Cézar Magalhães da Silva, nos termos do art. 32, II, da Lei Complementar nº 84/2012. **Por maioria:** com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: 1 – R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes do art. 283, IV, do RI/TCM-PA (Ato nº 16), pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral (superior a 90 dias); 2 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 282, I, “b”, do RI/TCM-PA (Ato nº 16), pelo não recolhimento, em sua totalidade, das retenções, referentes ao ISS e ao IPMSAT, descumprindo o art. 56, da Lei nº 4.320/64; 3 – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 282, III, “a”, do RITCM-PA (Ato nº 16), pela ausência do Balanço Geral e da relação de Restos a pagar inscritos no exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 63972007-00 – 201301001-00; Instituto de Previdência Social de Altamira – ALTAPREV;** Prestação de Contas - 2007 Anuais de Gestão; Responsável Garcindo Martins Pereira – Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1194012008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Novo Repartimento;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Luzia Genilda Lima Santos; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu



**VOTO:** "pela aprovação das contas, com ressalva, com aplicação de multa ao FUMREAP no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso significativo de 1 (um) ano na remessa da prestação de contas, a teor do que prescreve o art. 284, IV do RI/TCM/Pa". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, **por maioria**, com aplicação de multa ao FUMREAP no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso significativo de 1 (um) ano na remessa da prestação de contas, nos termos do art. 284, IV, do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 583842010-00; Fundo Municipal de Saúde de Portel; Prestação de Contas – 2010; Responsável Marilda do Socorro Lacerda Tenório; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Portel, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Marilda do Socorro Lacerda Tenório, com recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-20.067,40 (vinte mil, sessenta e sete reais e quarenta centavos), pela realização de despesas sem licitação; - R\$- 5.000,00 (cinco mil reais), pelo não repasse ao INSS e ao IMPP dos valores retidos dos servidores;- R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo não envio dos documentos de processos licitatórios em meio magnético; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 583852010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Portel; Prestação de Contas – 2010; Responsável: Maria Lindalva de Souza Araújo Barbosa; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Portel, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Maria Lindalva de Souza Araújo Barbosa, com recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas: - R\$-4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo não repasse ao INSS e ao IMPP dos valores retidos dos servidores; - R\$-3.960,80 (três mil, novecentos e sessenta reais e oitenta centavos), pela realização de despesas sem licitação; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do



Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1144402008-00; Fundo Municipal de Saúde de Goianésia do Pará;** Prestação de Contas - 2008 Anuais de Gestão; Responsável Itamar Cardoso - Prefeito Municipal; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201218397-00; Câmara Municipal de Medicilândia;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 22.618, de 28.08.2012 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Sebastião Leite de Carvalho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do presente Recurso para aprovar as contas, com ressalvas, excluindo da decisão recorrida a impropriedade pelo descumprimento do art. 29-A, I, da Constituição Federal, mantendo a multa no valor de (R\$1.000,00), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa da Resolução nº 003/2004 em tempo hábil. **Processo nº 200704281-00; Associação dos Universitários de Castanhal;** Prestação de Contas do Convênio nº 001/2007, celebrado com a Prefeitura Municipal de Castanhal, através da Secretaria Municipal de Educação; Responsável Natália Nazaré de Macedo Barros; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.596, de 07.03.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201212221-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria Nº 097/2012; Interessada Silvia Mara de Almeida Lima; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas. Retirado de Pauta. **Processo nº 201116600-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Pensão - Portaria Nº 117/2011; Interessado Edgar Augusto Ferreira Pinto e Filhos; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas. Retirado de Pauta. **Processo nº 201216463-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Pensão - Portaria Nº 135/2012; Interessado José Carlos de Almeida Filho; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas. Retirado de Pauta. **Processo nº 201303551-00; Câmara Municipal de Porto de Moz;** Diária - Resolução n.º 002, de 25.02.2013, que fixa Diárias dos Vereadores; Interessado Edmirson Conceição da Fonseca; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Retirado de Pauta. **Processo nº 201106546-00; Câmara de Municipal de Afuá;** Outros - Resolução nº 001/2011, que reajusta a Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal; Responsável Narrinha W. Salomão Coelho; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pelo cadastramento do Ato". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o



241 Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do  
242 Relator e votou pelo não cadastramento do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,  
243 **por maioria**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo  
244 não cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
245 Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE**  
246 **PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O  
247 Conselheiro Cezar Colares comunicou que mandou uma equipe à Santarém para fazer o  
248 levantamento dos processos existentes na Sede do TCM/Pa. Em seguida, o Conselheiro Daniel  
249 Lavareda parabenizou o TCM pelos seus 31 (trinta e um) anos de existência, estendendo essa  
250 felicitação aos servidores que construíram o Tribunal, que fizeram e fazem deste Tribunal uma  
251 Instituição de excelência pelos relevantes serviços prestados, no que foi acompanhado pela  
252 Conselheira Mara Lúcia. Após, aproveitou a oportunidade para desejar boas vindas ao Conselheiro  
253 Sérgio Leão, que passa a compor o quadro de Conselheiros da Casa, seu amigo particular por quem  
254 nutre admiração e simpatia, na certeza de que contribuirá, e muito, com este TCM. **ENCERRADA** a  
255 presente Sessão, às doze horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.  
256 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de março de dois  
257 mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
**Presidente da Sessão**

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
**Presidente da Sessão**